

Estado do Amazonas

UARAPUA  
PELO PASSADO

Ab Dr. Fileto Pires

Manács

Imprensa Oficial — Rua Fileto Pires

1897

*Adelmo Lobo*

# UM OLHAR PELO PASSADO

Ao Exr. Filipe Figueira



Sem competencia para fazer o historico do desenvolvimento material da cidade de Manaus, antigo logar de S. José do Rio Negro, que tambem denominou-se villa da Barra, procurarei todavia satisfazer os desejos de V. Exe.<sup>a</sup> ministrando-lhe simplesmente informações exactas de tudo quanto em minha juventude conheci *de visu* e por leitura, mais tarde, de alguns documentos que encontrei nos archivos publicos desta capital, Barcellos, Itacoatiara e Teffé.

Foi escolhido em 1794 pelo coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada, 3º governador da Capitanja de S. José do Rio Negro, de preferencia á villa de Barcellos, para a sua residencia, o logar da Barra, por offerecer mais vantagens ao commercio e á

administração dos negócios políticos e civis da Capitania.

Por decreto de 11 de Julho de 1757 o governo português creou esta Capitania com o título de S. José de Ihyauary ou Javary, que mais tarde foi substituído pelo de S. José do Rio Negro, tendo sido o coronel Joaquim de Melo das Povas o 1.º governador e o 2.º o coronel Joaquim Tinoco Vidente, tendo servido interinamente antes deste o major Gabriel de Souza Felgueiras em 1º lugar, o coronel Nuno da Cunha Athayde Vianna, em 2º, e em 3.º o tenente-coronel Valério Corrêa Batelho d'Andrade. Ao 2.º governador sucedeu primeiramente um governo interino, na conformidade da Lei de 12 de Dezembro de 1770.

Povas tomou conta do governo a 7 de Maio de 1758 e Tinoco em 1773.

O coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada, sucessor de Tinoco, serviu em 1781, primeiro interinamente, e depois foi nomeado efectivo.

O seu governo estendeu-se daquelle anno a 27 de Outubro de 1799, data em que faleceu depois de ter transferido a sua residência oficial, nesse mesmo anno, para Barcellos, em cumprimento da ordem régia de 3 de Agosto de 1793.

Foi seu sucessor interinamente o tenente-coronel José Antônio Salgado, que serviu até 1801, anno em que passou o governo ao 5.º governador, chefe de divisão José Joaquim Victorio da Costa, que foi nomeado por falecimento do coronel José Simões de Carvalho, que havia sido nomeado a 4 de Março de 1804.

Este governador, chegando a Villa Nova da Rainha, hoje Parintins, sucumbiu a uma indigestão occasionada por ovos de tartaruga que comera ao jantar.

O 6.º foi o major Manoel Joaquim dos Passos que recebeu em 1819 o governo das mãos do seu antecessor e o 7.º, que não entrou em exercício, por causa da substituição do sistema político monarchico absoluto pelo monarchico constitucional, foi o coronel Antônio Luiz Pires Burrallho.

O governador Victorio fez de novo trasladar de Barcellos para a Barra, em virtude de ordem régia de 28 de Maio de 1804, a sede do governo da Capitania, ordem que devia ter sido cumprida por Simões de Carvalho, se chegasse a assumir o governo.

O major Passos recusou-se a aderir ao sistema Constitucional, que havia sido proclamado no Pará, declarando que aguardaria ordens do rei e bases da constituição para pronunciar-se com toda a fidelidade de leal soldado e subdito português.

A mesma data da posse do 1.º governador assinala a mudança do nome de S. José de Ihyauary ou Javary, com o qual fora criada a Capitania, para o de S. José de Rio Negro.

O lugar de Mariuá, escolhido para capital da capitania, tinha sido elevado à villa com a denominação de Barcellos, por decreto de 6 de Junho de 1755 e em virtude deste mesmo decreto todos os povoados mais importantes do Estado do Pará e Rio Negro passaram a substituir os nomes que

inhiam por outros das cidades, villas e logares de Portugal.

Pedro da Costa Favella fundou em 1669 ajudado por um missionário e alguns índios Arroquis, dentro do Rio Negro a primeira aldeia no logar onde está situada Manaus ou pouco acima do Umirisal, onde tinha a denominação de Tauacáuera.

Depois de Favella, ahi mesmo, os padres carmelitas estabeleceram uma Missão; e Manoel da Motta de Siqueira construiu uma fortaleza.

Os fortes de S. Gabriel da Cachoeira do Corcovado e de S. José de Marabitanas no Rio Negro, ficando este acima da bocca do rio Ixié 10 leguas, foram mandados construir em 1763 pelo governador do Estado do Grão Pará, sob as vistas do governador interino da Capitania do Rio Negro Gabriel Felgueiras; o de S. Francisco Xavier de Tabatinga foi construído em 1765 pelo sargento-mor Domingos Franco e o de S. Joaquim do Rio Branco, em 1775, à vista do mandado regio de 14 de Novembro desse mesmo anno.

O governador Gama impulsionou a movimentação do progresso da Barra do Rio Negro, creando e animando os seguintes estabelecimentos industriais:

1 padaria de pão de arroz moido em alafona movida por bestas;

1 fabrica de panno de algodão (sem rolos) tendo 16 teares e 40 rodas de fiar com 24 fios cada uma;

1 cordoaria de cordas e amarras de piassaba e calabres;

1 fabrica de secula de anil;

1 nora para distribuir água para a fabrica de anil e para uma horta;

1 horta;

1 olaria com excellentes amassieiras, estendadouros, fornos calcinarios e de torrefacção de telha e ladrilho;

1 fabrica de velas de cera;

1 açougue;

1 ribeira para construção de canoas;

1 fabrica de redes de fio d'algodão;

1 fabrica de redes de fibras de lucum, curauá e murity;

e muitos engenhos de moer canna e fabricar cachaça e mel.

Para estes estabelecimentos mandava vir dos outros logares da Capitania o algodão, arroz, cauna, curauá, murity e cera virgem de abelhas; do rio Solimões e Negro o tocum; e dos rios Marié, Curicuriabu, Padahuiry, Marauyá e Uaracá, affluentes do Negro, a piassaba, que sómente encontra-se nas suas terras.

O ultimo governo colonial que teve a Capitania do Rio Negro foi o da junta provisória, eleita em virtude da constituição portuguesa, que antes da sua promulgação já havia sido aclamada na capital do Estado do Pará e Rio Negro, em 1º de Janeiro de 1821 e, que sómente depois, em vista do decreto das cortes de Lisboa de 24 de Fevereiro do mesmo anno, o monarca determinou o juramento ás bases fundamentaes do novo sistema.

ma político que tinha sido adoptado por toda a nação portugueza.

O sistema constitucional promovido sediciosamente na cidade do Porto, pela tropa, à 25 de Agosto de 1820, havendo triumphado, a Capitania do Rio Negro, por seu turno convocando o povo, elegeu a 3 de Junho de 1822 a junta provisória do seu governo e a 4 os seus eleitos tomaram posse.

Foram seu presidente António da Silva Graveiro, secretário Bonifácio João de Azevedo, e vogais Manoel Joaquim da Silva Pinheiro e João Lucas da Cruz.

A 9 de Novembro de 1823 teve lugar em Manaus a adesão á independência brasileira, procedendo-se então á eleição do governo provisório da Capitania a 20, e cujos membros tomaram posse a 21.

A carta constitucional brasileira extinguio esta importante Capitania para annexá-la, reduzida a simples comarca do Alto Amazonas, ó provincia do Gram-Pará.

A superfície desta comarca calculava-se no regimen colonial em 1.922.100 quilometros quadrados.

Os seus limites com a Capitania do Pará foram resse mesmo tempo determinados pela montanha dos Parintins na margem direita ou meridional do rio Amazonas, na latitude austral da ilha de Ferro 2°30' e longitude 321°30'; e pela boca superior do Rio Nhamundá que desflue no mesmo Amazonas pela sua margem, esquerda ou

seplentrional, na latitude meridional 2°16' 30" e longitude 321°15'. A comarca do Alto Amazonas, em que ficou convertida em 1825 a Capitania do Rio Negro, como já fica dito, em virtude da carta constitucional brasileira, conservou os mesmos limites.

Em 1811 o Pará passou a ter, por decreto régio, mais a comarca de Marajó, que em 1833 ficou suprimida, ficando então dividida a mesma província nas comarcas do Gram-Pará, Baixo Amazonas e do Alto Amazonas.

A linha divisoria, entre as duas comarcas do Baixo e do Alto Amazonas, continuou ainda a ser a mesma estabelecida para as Capitanias do Rio Negro e Gram-Pará, assim como foi—a determinada na lei de 5 de Setembro de 1850, para limites entre as duas províncias.

A comarca do Baixo Amazonas comprehendia em 1850 os termos das villas de Tapajós (Santa-rem), Faro, Pauvis, (Obidos), Franca, Monte Alegré, Macapá, Porto de Móz e Gurupá; e a do Alto Amazonas os termos das villas de Manaus (Barra), Luzéa (Maués) Teffé (Ega) e Mariuá (Bacellos).

Foi em 1833 que o lugar da Barra passou a ser elevado á villa com a denominação de Manaus, voltando mais tarde a ter aquella mesma denominação.

A resolução de 1833 do governo da província do Gram-Pará, estabelecendo, em conselho a divisão das suas comarcas e termos, substituiu por outras as denominações de diversos logares.

Na comarca do Alto Amazonas todas as suas villas tiveram os seus nomes substituidos por outros, como acima se vê, e além delas mais os seguintes logares:

Villa Nova da Rainha tomou a denominacão de Tupynimbarana, Silves a de Saracá, Serpa a de Itacoatiara, Iorba a de Araretama, Arvellos-a de Goary, Alvarões a de Cahissara, Castro de Avelans a de Maturá, Olivença a de Hyauary (Javary), Ayrão a de Jahu, Moura a de Itarendaua, Carvoeiro a de Aracary, Moreira a de Cabocuena, Lamalonga a de Dary, Thamat a de Bararohá, Poyares a de Cumaru.

Villa Nova da Rainha, depois da inauguração da província do Amazonas, tomou o nome de Villa Bella da Imperatriz e mais tarde passou a chamar-se Parintins.

A população livre da Capitânia do Rio Negro era em 1788 calculada approximadamente em 250.000 almas, existindo então 29.563 fogos, entretanto, depois que passou a simples comarca do Alto Amazonas o numero destes em 1832 achava-se reduzido a 2.047 e d'aquellas a pouco menos de 13.000.

Nesta ultima epocha o logar da Barra tinha pouco mais de 4.000 habitantes livres e 379 escravos, numero aquelle que me pareceu reduzido a menos da metade em 1852.

Ainda no anno de 1832 o numero de suas ruas attingia a 11 e uma praça conforme refere Baena no Ensaio Corographicó, sendo esta provavelmente

No bairro do Espírito-Santo tinha a rua da Instalação (1), a Brazileira, da Lua, da Palma e a travessa do Canta Gallo, denominada hoje da Matriz, e a da Olaria, que depois tomou o nome de Joaquim Sarmento.

No bairro da Republica as ruas que existiam eram a Brazileira, do Imperador, das Flores e da Boa-Vista e as travessas da Glória (2) e Republica hoje Theodureto Souto.

No bairro dos Remedios havia apenas a da Boa-Vista no littoral e dos Remedios, e um becco que partia desta ultima para o logar onde actualmente acha-se o Mercado.

Uma ponte ligava na rua Brazileira o bairro do Espírito-Santo ao da Republica e outra na rua de S. Vicente ligava o bairro deste nome a ilha onde está o hospital.

Onde hoje é o terreno de Maximino Motta, que tinha sido antes praça do Riachuelo, denominava-se *bairro do Espírito-Santo*; a praça de Tamandaré tinha o nome de *bairro da Republica* e o largo dos Remedios *bairro dos Remedios*.

O igarapé do Espírito-Santo está transformado actualmente na avenida Eduardo Ribeiro, o dos Remedios está sendo aterrado para a avenida 13 de Maio, e o de S. Vicente acha-se em partes já aterrado na sua boca oriental e a sua nascente, na extrema occidental da rua Saldanha Marinho.

(1) Chamava-se Oriental.

(2) Denominava-se Maqueireiras.

Já havia em 1865 no Bairro da Republica, à rua do Espírito Santo, no correr do igarapé dos Remedios, com algumas casas cobertas de palha na sua extrema norte o sobrado, em construcção, de inditoso Custodio Pires Garcia, que foi aqui assassinado com um golpe de martelo sobre o crânio.

Este sobrado é hoje o quartel do corpo de polícia.

A praça 23 de Setembro ainda não existia, e na frente da rua da União, hoje Alfonso de Carvalho, tinha uma casa quasi em ruínas, que a fechava, formando a rua Brazileira pelo lado meridional, a do Espírito Santo pelo occidental, e a de Marciilio Dias pelo oriental. A rua das Flores, hoje Guilherme Moreira, que também já chamou-se José Clarindo, terminava pelo lado occidental na rda Brazileira por umas casas velhas cobertas de palha, n'uma das quaes em 1867 ou 68 uma mulher de nome Florinda assassinou com uma punhalada a um homem de cor preta.

Entre as ruas das Flores e do Espírito-Santo, já então aberta, nesse mesmo anno, a rua Marciilio Dias, que era conhecida pelo nome de Porteirada, principiava no largo de Tamandaré e terminava na rua Brazileira.

No bairro dos Remedios já havia a rua dos Bárés e da Cruz, partindo esta dos fundos da egreja dos Remedios para o occidente até a casa de Alvaro Botelho da Cunha, e a aquella do lugar onde acha-se actualmente o mercado até o igarapé da Cachoeirinha.

Na rua 7 de Dezembro, que ainda não tinha es-

a do Quartel, onde havia erguido um pelourinho no centro.

Esta praça é onde hoje se acha um elegante e apreciavel jardim publico.

Em 1852 a villa da Barra, hoje cidade de Manaus, conserva-se tal qual devera ter sido em 1832, tendo menos populacão e numero maior de seus edificios em ruinas.

Por um *croquis* da planta da villa, que foi traçado a *vol d'oiseau* por meu sempre lembrado pai,—João Baptista de Figueiredo Teixeira Aranha, nos primeiros dias do referido anno de 1852, provo o asserto do que já tenho avançado nesta e continuarei a avançar.

A area da capital do Amazonas estava circumscreta a uma pequena superficie, limitada ao Oriente pelo igarapé da Cachoeirinha e ao Occidente pelo da Cachoeira Grande e ao Norte pelas mattas, que tinham então a denominação de Campinas, correndo na linha E. O., da cabeceria do igarapé de S. Vicente até encontrar-se com o dos Remedios (Aterro), e ao Sul pelo Rio Negro.

Em 1866 esta area achava-se aumentada só ao Norte entre os bairros de S. Vicente e do Espírito Santo.

O bairro da Campina estendia-se nesta época até a Castelhana e o Mocó, havendo um cemiterio alem do largo da Polvora e nas terras ao Norte do mesmo cemiterio um novo bairro com a denominação de Costa d'Africa, por ser elle habitado sómente por africanos livres.

A rua da Palma, hoje Saldanha Marinho, termi-

nava no igarapé do Espírito-Santo, e a travessa da Matriz na rua José Clemente.

Alem dos quatro mencionados bairros haviam mais o da Republica, que ficava entre os igarapés do Espírito-Santo e do Aterro e o dos Remedios que ficava entre os igarapés do Aterro e de Manáos.

O 1.<sup>o</sup> destes dois bairros terminava ao Norte na rua Henrique Martins e o 2.<sup>o</sup> na rua dos Remedios ao Norte e no igarapé de Monte Christo ao Oriente.

Pouco mais tinha augmentado a capital em 14 annos!

Era cortada a cidade da Barra, como a conheci em 1852, ao Norte pelo igarapé da Castelhana, que desagua no da Cachoeira Grande e pelo dos Remedios (Aterro), no logar denominado Mocó, cujas aguas lançam-se no Rio Negro. Este ultimo igarapé dividia o bairro da Republica do dos Remedios.

Ao Ocidente o igarapé da Cachoeira Grande limitava a cidade, e entre elle e o do Espírito-Santo corriam os igarapés de S. Vicente, cuja fonte estava situada na extrema Occidental da rua da Palma, hoje denominada Saldanha Marinho; e o da Bica, seu affluente, que nasce na rua 10 de Julho, ainda não existente nessa epocha, e cujo leito estende-se ao longo do largo da Polvora, formando com o igarapé da Cachoeira Grande o arrabalde denominado Cornetas e Sacco do Alferez.

Abaixo do igarapé de S. Vicente desaguava no Rio Negro um outro que denominava-se do Semi-

nario, cuja nascente era na rua Brazileira, tendo sido transformado depois na praça da Imperatriz. Estes dous igarapés formavam o bairro de S. Vicente, assim como o do Seminario e o do Espírito-Santo o bairro que tomava o do dese nome.

O igarapé de S. Vicente lança-se por duas boccas no Rio Negro e forma a ilha de S. Vicente, onde se acha installada a enfermaria militar. Tambem desagua no mesmo rio o igarapé do Espírito-Santo, cuja nascente estava proxima do logar onde se acha edificado o theatro.

O igarapé dos Remedios, na extrema oriental da rua Henrique Martins, formava uma bacia no seu leito, tão abundante d'agua que nas secas maiores do Amazonas, estava sempre a transbordar. Esta bacia denominava-se Pitiú e a rua nesse tempo não passava do bairro do Espírito Santo.

Abaixo deste igarapé está o do Monte-Christo, que se liga na foz do igarapé da Cachoeirinha e acima d'elle dentro deste outro o de Manáos.

A rua da Palma, entre os igarapés do Espírito-Santo e do Aterro, já estava traçada, havendo na baixa extrema occidental uma casa coberta de palha e do lado sul duas a tres mais.

Tambem já estava traçada a rua Henrique Martins e em estado mais adiantado a sua edificação.

Entre estas duas ruas havia uma outra que partia do igarapé do Espírito-Santo e terminava na travessa Barroso, que tambem já achava-se aberta, tendo a denominação de *Cova da Gato*.

A rua União, sem casa alguma tambem já estava aberta.

Em 1865 existiam no igarapé de Manaus alguns sítios, sendo destes os mais longínquos o da Curioca Mãe, de D. Maxima Alvarenga, da velha cabocla Patricia, do velho João Guyabá, do velho Cidade, e da velha Clementina.

As ruas do bairro de S. Vicente existentes em 1852 eram a do Sol, que se estendia de E. O. do igarapé do Seminário ao Rio Negro, entre os fundos da cadeia actual e o local do antigo palácio dos governadores, que então ficava ao lado da igreja da Conceição, que incendiou-se em 1851; a Brazileira (1) que partia do canto da rua do Barroso, que ainda não havia; no Bairro da República, atravessava o bairro do Espírito-Santo e terminava no igarapé de S. Vicente; a de São Vicente que principiava na rua chamada hoje da Instalação, atravessava o largo do Quartel, depois denominado de Pedro II, e terminava na ponte que ligava o bairro à ilha; e a que tem actualmente o nome de Independência.

Entre a ponte e o quartel haviam dous becos (2) e entre este e a rua que depois chamou-se Epaminondas, hoje da Instalação, um outro beco que atravessava a praça, principiando nos fundos da igreja e terminava no igarapé de S. Vicente (3); e abaixo seguia a travessa da Cumã, hoje Henrique Anthony.

(1) Primitivamente chamou-se Federal.

(2) Em 1852 tinha o nome de José Gasimico.

(3) Denominava-se Pelourinho.

Em 1864 a 1865 a rua da Cova da Onça foi fechada ao transito pela câmara.

Foi em 1867 que o dr. Canavarro, de saudável memória, abriu as ruas Feliz Lembrança, hoje Costa Azevedo, Progresso e a praça de S. Sebastião, onde a expensas suas e de amigos seus erigiu-se monumento modesto que conserva-se no meio da mesma praça e construiu-se uma capella sob a invocação de S. Sebastião.

Em 1852 a câmara municipal funcionava na casa de propriedade de Camarão, marido de D. Joanna Camarão, à rua da Instalação, canto da de Henrique Martins, onde hoje é o estabelecimento commercial denominado 29.

O palácio do governo foi no sobrado de propriedade do honrado comerciante Henrique Anthony, onde está estabelecido hoje o hotel de França à rua Brazileira. Morava o proprietário naquella época na casa contígua ao armazém de Broklenhurst & C., ao correr do Seminário.

O edifício de palácio tinha no pavimento terreo o corredor de escada, uma sala com alcova de cada lado, uma saleta no lado oriental, uma varanda no fundo delas, uma puchada ao lado occidental por acabar, e quintal. No pavimento do sobrado tinha os mesmos compartimentos, duas alcovas nos fundos da saleta, na puchada um

emum Sacmerlo, chamou-se da Conceição, por causa da igreja que se edificou no local que foi ocupado pela olaria do governo, anteriormente à instalação da província.

quarto, uma sala com escala para o pavimento terreo, dispensa e cozinhas.

O da camara tinha duas salas e o corredor largo no centro, uma varanda no fundo, um quarto na extrema norte desta com a janella para a rua Henriques Martins, uma pequena puchada com um quarto na outra extrema e quintal pequeno.

Onde hoje está a cadeia foi a fabrica de tecidos de panno d'algodão, que em 1852 conservava se fechada; onde estão as casas Pobre Diabo foi a fabrica de anil; a caixa economica foi a de tecidos e rede; entre o quartel do 36 e do paco episcopal foi a cordoaria; a egreja nova da Conceição está onde foi a olaria, e na parte, hoje ajardinada de um e outro lado da egreja, estavam as casas dos trabalhadores, tendo sido ali mesmo, ao lado da praça da Imperatriz, a ribeira.

A fortaleza ficava no logar das casas novas de frente da recebedoria, e a egreja e cemiterio da Conceição onde está a praça Tenreiro Aranha.

O palacio dos governadores era onde estão as casas de Claudio Manoel Vellozo, nos fundos do hotel do Commercio.

No centro do largo do quartel tinha o pelourinho, e a nora foi no terreno que fica na rua da Matriz canto da de Saldanha Marinho, ocupado hoje por uma horta.

Em 1852 no logar onde está a egreja da Conceição haviam duas hortas, uma pertencente a Maximiano de Paula Ribeiro e outra a Oliveira Horta.

A parte mais edificada da cidade era a dos bairros de S. Vicente, Espírito Santo e República.

Em geral as casas eram cobertas de palha e separadas uma das outras por quintaes cercados com troncos da palmeira Jará ou Hyará.

Algumas casas cobertas de telhas que haviam eram velhas, á excepção de cinco á seis novas.

De fronte do oitão meridional do Seminario, numa casa de Camarão, foi installada a 1.<sup>a</sup> escola normal do Amazonas, fundada por Tenreiro Aranha, tendo por professor o seminarista Sanches Fialho.

De fronte do palacio do governo, em 1852, na casa onde está a Intendencia, morava com toda a família o commerciante Maximiano de Paula Ribeiro e contiguo ao quintal que ficava ao lado oriental desta casa morava toda a familia do secretario da camara, Clementino José Pereira Guimaraes, actualmente Barão de Manáos.

No mesmo quarteirão do palacio morava no canto da parte de largo do quartel, José Miguel de Lemos, estabelecido com botica.

Nos fundos do palacio, no velho sobrado onde está hoje a alfaiataria Arraes, morava o dr. Corrêa de Miranda, chefe de polícia, tendo ali a sua secretaria.

No quartel era a prisão civil e alojamento da força militar destacada dos batalhões da guarnição do Pará.

O vapor que conduziu do Pará para Manáos o 4.<sup>o</sup> presidente foi o «Guapiassu», pertencente a esquadra nacional, tendo d'ali saído na manhã de 9 de Dezembro de 1851 e entrado no porto da

capital do Amazonas na tarde de 27 do referido mês.

A seu bordo trouxe todo o pessoal nomeado pelo governo geral para as repartições civis e militares da nova província, menos o coronel Albino Pereira dos Santos, que ocupava em Manáos o comando em chefe militar.

Nessa época os rios mais conhecidos e mais explorados da comarca do Alto Amazonas eram o Tupyumbarana, Andirá Massary, Mauhemiry, Mauheyassú, Abacaxis, Canomá, que desembocam no Uraribá, o Madeira ou Cayary, Uautás, Coary, Teffé ou Teppé, Uará, que desaguam na margem direita do Amazonas e uma e outra margem deste até Tabatinga.

Da margem esquerda conheciam-se o Saracá, Matary, Puraquequara, Hyatuarana, Negro, ou Quiary, Hyburena ou Xiburena, Manacapurú, Uanamá ou Anamá, Uanory, e as seguintes bocas de Hyapurá ou Japurá, Cudavá, Uramá, Uramopú, Manhana, Auatiparaná e o rio Tonaty ou Tunantins.

Do Rio Negro os mais explorados pelos extratores de productos silvestres eram o Hyabu ou Jahu, Hyapary ou Jauapery, Branco ou Quenue, Uacirá, Uaracá ou Uaruá, Hyurubachy, Padauiry, Henenechy ou Inuhuechy, Barury, Quihyuny, Quemehucury, Uvirubachy, Hayhuana ou Ajuana, Chinará, Hyarudy, Inabú, Abuaná, Marauá, Canhabury ou Gabury, Uaupé ou Ucayary, Marié, Hycana ou Içana e Uechié ou Iché.

No Rio Branco conheciam-se o Caratirimane, Canamé, Ucayay, Uanaoháu, Iraricoera, Tacutú,

te nome, abriu-se a Estrada dos Remedios, donde partia um caminho, que passava na bica do Monte-Cristo, para o igarapé da Cachoeirinha, o qual se denominava dos Educandos.

A estrada dos Remedios começava no Rio Negro e terminava na rua Brazileira no rumo de Sul a Norte.

Antes do anno de 1852 houve em Manáos diversos edifícios importantes, de propriedade do governo, dos quais mencionam-se particularmente os seguintes:

No largo do Quartel:—Armazém da provedoria, armazém dos artigos bellicos, Quartel, fábrica de tecidos de pano de algodão.

Na praça da Trincheira:—Palácio dos governadores, igreja da Conceição, cemiterio, Fortaleza de S. João da Barra do Rio Negro, casa dentro da mesma para depósito e seminário.

Na ilha de S. Vicente:—Hospital militar:—litoral, entre os igarapés do Seminário e Espírito-Santo.—Olaria, casas para os trabalhadores, Ribeira para construção de canhões.

No largo da Instalação:—Fábrica de anil, fábrica de tecidos e redes.

No largo da Cunha:—Fábrica de tecidos e redes.

No largo do Cantagallo:—Nora.

No largo da Campina:—Cordoaria.

Houve também uma serraria, movida por força d'água, de propriedade particular, junto apanada da Cachoeira Grande.

Nos Remedios, uma irmandade construiu a capela de N. S. dos Remedios e um cemiterio.

O caminho da Cachoeira Grande foi mandado alargar e melhorar em 1866, tendo nesse anno tomado a denominação de Estrada Epaminondas.

O cemiterio de S. José foi mandado construir em 1855 ou 1856 na referida estrada, abrindo-se depois a praça da Sandade na frente do mesmo 10 ou 12 annos depois, quando tambem foram abertas as estradas Ramos Ferreira, que então tomou a denominação de Gonçalves Dias e 7 de Dezembro, que teve o nome de Remedios por ser em continuação da existente, e que á partir da rua Brazileira até terminar na Ramos Ferreira tinha sido denominado Micanda Reis.

De 1856 a 1858 foram traçados as ruas da Constituição, hoje 24 de Maio, de José Clemente e Commendador Clementino e a continuação da rua das Matriz e da Olaria.

Entre o igarapé do Espírito-Santo, a ponte desmesmo nome e as casas de Galvão, que tinham os fundos para a rua da Palma, abriu-se, nessa mesma época, um pequeno largo com o nome de Payssandú, que depois tomou o nome de 5 de Setembro; e do lado oriental das mesmas casas seguia a rua Commendador Clementino, que terminava na de José Clemente (1).

(1) Convém notar que a travessa da Camá é hoje a de Itamaracá e não de Henrique Anthony, e que o igarapé do Seminário foi aterrado em 1868 ou 1869 assim como o trecho do igarapé do Espírito-Santo, entre as ruas da Palma e Brazileira, em 1880 ou 1881.

A travessa da Olaria, antes de ter a denominação de Jos-

Saurui, Surumí, Mahú, Pirara, Parime, Mahiary, ou Majary, Idume, Uraricapará.

Conheciam-se tambem de Hyapurú ou Pureus, Apoperis, Tarihyra, Pirá, Ussoparaná, Inviraparaná, Cumuary e Cananary.

O Purus foi mandado explorar em 1852 por Tenreiro Aranha, e Hyoruhá, Hyutahy, Hyandiatuba, Tacana ou Calderão e o Hyauary ou Javary, foram explorados depois desse anno por diversos comerciantes, naturaes de Camelá, Obidos, Santarém, Acará e Belém do Pará, e alguns moradores do Solimoes naturaes da província uns e outros da Bahia, Matto-Grosso, Portugal, Equador, Bolívia, Ceará, Piauhy, Rio Grande do Norte, Parahyba e Maranhão.

Para dar uma ligeira idéa do que foi o Estado do Amazonas e principalmente de Manáos até o dia da instalação da província, parece-me suficientes estas informações, que não passam de um trabalho de simples reminiscencia histórica.

Dê o destino que julgar conveniente a tudo isto e queira sempre dispôr.

Do vosso  
concedadão e att.<sup>a</sup> amg.<sup>a</sup> adm.

BENTO ARANHA.